

# OS ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES E O ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL: relações entre transparência e gestão da informação arquivística

PORTUGUESE MUNICIPAL ARCHIVES AND THE MUNICIPAL TRANSPARENCY INDEX: relationships between transparency and archival information management

Sandra Patrício

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag23a1>

**Resumo:** Apenas alguns municípios reconhecem o Arquivo como um serviço de gestão de informação, representado no organigrama, dotado de recursos humanos e financeiros e com visibilidade interna e externa. Este é um estudo exploratório que cruza os resultados da mais recente caracterização dos profissionais de informação nos arquivos municipais e o *Índice de Transparência Municipal* desenvolvido pela Associação Transparência e Integridade relativo a 2017. Pretende-se verificar se existe relação entre a ordenação dos Municípios no índice com vários parâmetros relativos aos arquivos municipais. Esses parâmetros são: reconhecimento do serviço de Arquivo; abertura ao público do mesmo; existência de plataformas de descrição arquivística em linha; disponibilidade de serviços digitais em linha. Os dados relativos aos últimos três parâmetros foram recolhidos pela autora, entre junho e agosto de 2024, através da consulta dos sítios electrónicos dos municípios, enquanto os dois primeiros são fornecidos pelo estudo de Silva *et al.* (2023b).

**Palavras-chave:** Arquivo Municipal; Informação Arquivística; Serviços digitais; Transparência.

**Abstract:** Only a few Portuguese municipalities recognize the Archive as an information management service, represented in the organization chart, with human and financial resources and internal and external visibility. This is an exploratory study that cross the results of the most recent studies on information professionals in Portuguese municipal archives and the *Municipal Transparency Index* developed by the Transparency and Integrity Association for 2017. It aims to verify if there is a relationship between the ranking of municipalities in the index and parameters relating to municipal archives: recognition of the archives service; its openness to the public; the existence of online archival description platforms; and the availability of online digital services. The data relating to the last three parameters were collected by the author between June and August 2024 through municipalities' websites, while the first two are provided by the study by Silva *et al.* (2023b).

**Keywords:** Municipal Archive; Archival Information; Digital services; Transparency.

## Introdução

Esta comunicação parte da constatação de que muitos municípios portugueses não reconhecem a existência de um serviço de gestão de informação arquivística, o que se consubstancia na sua inexistência no organigrama, falta de afetação de recursos humanos e invisibilidade dentro da organização e junto dos cidadãos. De acordo com um estudo recente que caracteriza os profissionais de informação nos arquivos municipais, 86% dos 308 municípios portugueses reconhecem a existência de um arquivo municipal, embora apenas metade dos mesmos (58,4%) esteja aberta ao público (SILVA, *et al.*, 2023b:272-273).

A par desta informação, existe, desde 2013, um *Índice de Transparência Municipal* (doravante ITM) desenvolvido pela Associação Transparência e Integridade, Ação Cívica. De acordo com o sítio eletrónico da associação, o ITM «permite ao cidadão e ao decisor

aferir o grau de transparência do seu município através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos nos websites das Câmaras Municipais. É uma ferramenta de capacitação dos cidadãos, promovendo um maior envolvimento na vida autárquica e uma melhoria da qualidade da democracia local». Analisam-se vários parâmetros de acordo com várias dimensões: Dimensão A: informação sobre a organização, composição social e funcionamento do município; Dimensão B: planos e relatórios; Dimensão C: impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos; Dimensão D: relação com a sociedade; Dimensão E: transparência na contratação pública; Dimensão F: transparência económico financeira; Dimensão G: transparência na área do urbanismo.

Entre as funções dos arquivos municipais, enquanto serviços públicos, encontram-se não só a gestão e preservação da informação arquivística, produzida e recebida no âmbito das funções e atividades das autarquias, mas também a promoção da acessibilidade e a comunicabilidade dessa informação, tendo em conta os princípios da administração aberta e da inclusão (SILVA, 2023a:88). Enquanto serviços públicos, os arquivos municipais são também chamados a participar no avanço do desenvolvimento sustentável, contribuindo para a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (doravante ODS) até 2030 (ALVIM e PATRÍCIO, 2024).

Tabela 1 – Resultados da investigação documental

	Região	Percentagem de municípios IMT	N.ºs absolutos	Reconhecimento do serviço de arquivo (percentagem)	N.ºs absolutos	Arquivos abertos ao público (percentagem)	N.ºs absolutos	Arquivos presentes em linha (percentagem)	N.ºs absolutos	Plataformas de descrição arquivística em linha	N.ºs absolutos	Serviços digitais em linha	N.ºs absolutos
1	Centro Oeste	100	12	83,3	9	50	6	42	5	8,3	1	67	8
2	Aveiro	64,4	7	81,8	8	45,5	5	54,6	6	18,2	2	100	11
3	Tâmega e Sousa	64	7	81,8	9	64	7	82	5	82	2	45,5	9
4	Coimbra	58	11	79	15	23	5	37	7	16	3	74	14
5	Lezíria do Tejo	55	6	100	11	27,3	3	18,2	2	0	0	63,6	7
6	Área Metropolitana do Porto	53	9	91,1	16	88	15	76,5	13	47	8	82	14
7	Ave	50	4	100	8	100	8	75	6	50	3	75	5
8	Algarve	50	8	71,4	14	63	10	75	12	38	6	69	11
9	Leiria	50	5	90	9	60	6	50	5	30	3	30	3
10	Alto Tâmega	50	3	50	3	33,3	2	33,3	2	0	0	66,6	4
11	Médio Tejo	39	5	100	13	87	11	92,3	12	7,6	1	69	9
12	Alto Minho	30	3	100	10	100	10	90	9	60	6	40	4
13	Alto Alentejo	27	4	66,6	10	33,6	5	40	5	0	0	27	4
14	Douro	26	5	84,2	16	47	9	36,8	7	5	1	52,6	10
15	Terras de Trás-Os-Montes	22	2	88,8	8	66,7	6	66,7	6	0	0	44,4	4
16	Região Autónoma dos Açores	21	4	89,5	17	26,3	5	32	6	5	1	68,4	13

	Região	Percentagem de municípios IMT	N.ºs absolutos	Reconhecimento do serviço de arquivo (percentagem)	N.ºs absolutos	Arquivos abertos ao público (percentagem)	N.ºs absolutos	Arquivos presentes em linha (percentagem)	N.ºs absolutos	Plataformas de descrição arquivística em linha	N.ºs absolutos	Serviços digitais em linha	N.ºs absolutos
17	Alentejo Litoral	20	1	100	5	100	5	100	5	20	1	20	1
18	Beiras e Serra da Estrela	20	3	86,7	13	66,7	10	86,7	13	13,3	2	33,3	5
19	Cávado	17	1	100	6	83,3	5	83,3	5	50	3	50	3
20	Beira Baixa	17	1	100	6	60,7	4	66,7	4	17	1	100	6
21	Alentejo Central	14,3	2	71,4	9	50	7	36	5	29	4	50	7
22	Viseu Dão-Lafões	14	2	64,3	9	36	5	50	7	0	0	86	12
23	Região Autónoma da Madeira	9,1	1	18,2	2	18,2	2	9,1	1	9,1	1	18,2	2
24	Baixo Alentejo	8	1	100	13	61,5	8	100	13	23	3	62	8
25	Área Metropolitana de Lisboa	5,6	1	94,4	17	83,3	15	88,8	16	67	12	77,7	14
Total		35,1	108	83,2	256	56,5	174	57,5	177	20,8	64	61	188

Fonte: Elaboração própria.

### **Método**

Este é um estudo exploratório baseado na investigação documental que parte dos dados de 2017 no que respeita à ordenação dada aos 308 municípios pela Associação Transparência e Integridade, Ação Cívica e do cruzamento dessa informação com o retrato dos arquivos municipais portugueses, publicado em 2023 (SILVA *et al.*, 2023b). Neste estudo fundamental, os 308 municípios portugueses responderam acerca da categoria profissional, das habilitações académicas, das faixas etárias e dos géneros dos profissionais que trabalham nos arquivos municipais portugueses e foram incluídos dados recolhidos por várias dissertações de mestrado sobre estes profissionais.

O ITM não inclui como parâmetros o reconhecimento do serviço de arquivo e a sua abertura ao público. O último instrumento deste género disponível data de 2017, sendo anterior aos estudos de Silva *et al.* (2023b) e da recolha da autora. Não são, portanto, dados atuais e apenas permitem estabelecer hipóteses de investigação cujas conclusões dependem da atualização do IMT para averiguar a consistência da relação entre arquivos e transparência.

A pergunta de partida é: qual a relação entre a ordenação dos municípios no IMT com vários parâmetros relativos aos arquivos municipais não constantes no Índice? Esses parâmetros são: reconhecimento do serviço de Arquivo e abertura ao público do mesmo. Para obter estes dados consultou-se o estudo de Silva *et al.* (2023b), confrontando os resultados com a consulta do sítio eletrónico do município em causa, o que mostra que os resultados obtidos pela autora nem sempre são coincidentes com o estudo de 2023.

Além destes dois parâmetros, este estudo verifica ainda a presença dos arquivos municipais em sítios eletrónicos, a existência de plataformas de descrição arquivística em linha, disponibilidade pelo município de serviços digitais em linha. Estes dados foram recolhidos pela autora, entre junho e agosto de 2024, através da consulta dos sítios eletrónicos dos municípios. Os resultados da observação foram ordenados pelas NUTS, à semelhança do estudo de Silva *et al.* (2023b).

A investigação documental incluiu também uma breve revisão da literatura publicada acerca da presença dos arquivos municipais na *web* e nas redes sociais (SILVA *et al.*, 2023a) e da mediação em arquivos (NOGUEIRA, 2011; FREITAS, 2024). No que respeita à disponibilização de serviços digitais pelos municípios portugueses, não se localizaram estudos acerca da sua utilização nas autarquias locais, especialmente durante o período pandémico e pós-pandémico, embora haja estudos deste género no que respeita às bibliotecas do ensino superior (por exemplo, SANCHES e MELO, 2023) ou no âmbito da Gestão e Administração de Empresas (por exemplo, LOURENÇO, 2022). Apesar disso, ao nível europeu, e de acordo com a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), o impacto da pandemia teve como consequência a intensificação da digitalização das organizações: *the COVID-19 shock has accelerated the digitalisation of public and private sector activities in many countries, including in the form of improved broadband connectivity, the adoption of online business models, the promotion of online payments and the enhancement of digital skills* (RODRIGUES CONTRERAS, [2021]). Por *digitisation* ou *digitalisation*, os *EU Vocabularies* entendem a *Conversion of analog data or signals into digital data or signals* (EUROPEAN UNION, [20--]).

## **Resultados**

Para a apresentação e discussão dos resultados, estes serão apresentados por ordem decrescente a partir da presença das regiões no ITM.

As regiões NUT mais bem representadas no ITM de 2017, por ordem decrescente, são: a região do Centro Oeste (100%); Aveiro (64,4%); Tâmega e Sousa (64%); Coimbra (58%); Lezíria do Tejo (55%); Área metropolitana do Porto (53%); Ave (50%); Algarve (50%); Leiria (50%); Alto Tâmega (50%); Médio Tejo (39%); Alto Minho (30%); Alto Alentejo (27%); Douro (26%); Terras de Trás-Os-Montes (22%); Região Autónoma dos Açores (21%); Alentejo Litoral (20%); Beiras e Serra da Estrela (20%); Cávado (17%); Beira Baixa (17%); Alentejo Central (14,3%); Viseu Dão-Lafões (14%); Região Autónoma da Madeira (9,1%); Baixo Alentejo (8%); e Área Metropolitana de Lisboa (5,6%).

### **Arquivos municipais e abertura ao público**

As regiões com maior presença nos índices, acima dos 50%, são também aquelas em que mais de 50% dos municípios reconhecem a existência do serviço de arquivo, embora nem sempre se verifique a abertura dos serviços ao público: Centro Oeste (83%; 50%, respetivamente); Aveiro (82%;46% respetivamente); Tâmega e Sousa (82%;64% respetivamente); Coimbra (79%; 23% respetivamente); Lezíria do Tejo (100%; 27% respetivamente); Área Metropolitana do Porto (91%; 88% respetivamente); Ave (100%; 100% respetivamente); Algarve (72%;63% respetivamente); Leiria (60%; 50% respetivamente); Alto Tâmega (50%; 33,% respetivamente). Foram incluídos os arquivos municipais das regiões autónomas, apesar de a sua documentação definitiva e de carácter histórico se encontrar maioritariamente localizada nos arquivos regionais respetivos, pois a documentação intermédia e corrente encontra-se ainda com o produtor e o seu acesso é determinante para garantir a transparência das administrações locais.

Daqui decorre que, se podemos encontrar relação entre transparência e o desenvolvimento e a existência de serviços de arquivo abertos ao público, o contrário parece não se verificar, isto é, o reconhecimento dos arquivos como serviços não garante a presença dos municípios nos índices. Esta assunção decorre da observação de regiões como o Alto Minho, na qual 100% dos municípios reconhece os seus arquivos, que, por sua vez, estão abertos ao público, mas que no ITM apenas têm a representação de 30% dos municípios; o mesmo se observa no Alentejo Litoral, em que apenas 20% dos municípios se encontra no ITM, mas em que todos os municípios reconhecem o serviço de arquivo.

Quinze regiões não vêm os seus municípios representados no ITM a uma taxa de pelo menos 50%, mesmo quando entre 100% e 80% dos municípios reconhecem os arquivos e conseguem mantê-los abertos: Médio Tejo (IDT 39%; 100% reconhecimento do serviço de arquivo; 87% dos arquivos abertos); Cávado (IDT 17%; 100% reconhecimento do serviço de arquivo; 83,3 % dos arquivos abertos) e Área Metropolitana de Lisboa (IDT 5,6%; 94,4% reconhecimento do serviço de arquivo; 83,3% dos arquivos abertos). Uma região distingue-se pelo facto de aliar uma percentagem baixa de municípios representados no ITM, com baixas percentagens de reconhecimento dos serviços de arquivo e de abertura dos arquivos ao público - a Região Autónoma da Madeira (9,1% ITM; 18,2 reconhecimento do serviço de arquivo; 18,2% dos arquivos abertos).

Em suma, a partir da consulta dos sítios dos arquivos municipais chegou-se a uma proporção de 56,5% de serviços abertos ao público, um número inferior em cerca de 2% ao do estudo de 2023 (SILVA *et al.*, 2023b:272-273).

Por outro lado, o facto de haver um número relevante de arquivos que não estão abertos ao público significa que se encontram impedidos de desempenhar a função arquivística da difusão, quer do ponto de vista informacional, quer do ponto de vista cultural, de acordo com a distinção feita por Nogueira (2011). Significa isto que não é possível dar acesso presencial ou remoto aos documentos, responder a pedidos diretos dos utilizadores e proporcionar acesso aos instrumentos de descrição documental existentes. Note-se que a difusão é reconhecida como uma das funções dos arquivos, tão relevante como a produção, aquisição, avaliação, preservação, classificação, descrição e indexação (COUTURE, 1998:3-30).

Se os arquivos municipais não estão abertos ao público, também não é possível desenvolver produtos e serviços culturais a partir dos fundos documentais, nem criar recursos para o desenvolvimento social ou estimular o envolvimento do público com o património arquivístico. De facto, com os autores do estudo *Os profissionais da informação nos arquivos municipais em Portugal*, podemos concluir que «uma vez que a actividade dos profissionais de informação está directamente relacionada com as condições da sua existência, do cumprimento da sua missão, impossível de concretizar quando encerrados ao público» (SILVA *et al.*, 2023b:169-176).

### ***Arquivos municipais presentes em linha***

Realizou-se uma pesquisa em linha por «Arquivo Municipal...» para verificar quais são os arquivos municipais com página nos sítios municipais e/ou com sítios próprios. Os resultados globais revelam que 57,5% dos arquivos municipais têm um sítio próprio ou são mencionados no sítio municipal. Note-se que o acesso em linha, se não for universal e equitativo, pode agravar as desigualdades nos estados e entre estados (RODRIGUEZ CONTRERAS, [2021]).

Num estudo deste parâmetro realizado entre 2013 e 2023 por Ana Margarida Dias da Silva (2023:91), concluiu-se que houve um aumento de presenças dos arquivos municipais em linha, cuja proporção aumentou de 38% para 55% entre os dois anos. Este estudo não incluiu as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Neste ponto, as regiões mais bem representadas no ITM, aquelas em que mais de 50 % dos municípios estão representados, oscilam entre os 76,5% dos municípios da Área Metropolitana do Porto e os 18,2% da Lezíria do Tejo. As regiões cujos municípios têm todos os arquivos identificados em linha não são necessariamente as mais bem representadas no ITM, o que pode explicar-se pelo facto de o mesmo ter dados de 2017 que não estão atualizados: Alentejo Litoral (20% ITM; 100% dos arquivos municipais referidos online); Alentejo Central; Baixo Alentejo (8% ITM; 100% dos arquivos municipais referidos em linha).

Notam-se várias discrepâncias em regiões que não reconhecem os serviços de arquivo, mas apresentam menções ao serviço em linha, o que pode explicar-se pela falta de atualização da informação disponível em linha. É o caso da região do Alentejo Central (14,3% ITM;

71,4% reconhecimento do serviço de arquivo; 50% dos arquivos abertos; 100% dos arquivos em linha).

### *Plataformas de descrição arquivística em linha*

No que respeita a este indicador, verificou-se que apenas 21% dos arquivos municipais dispõem de plataformas de descrição de documentos de conservação permanente em linha. Em 2023 a percentagem dos municípios com este serviço disponível era de 15,97%, um aumento de cerca de 2% em relação a 2013 (SILVA *et al.*, 2023a:91).

A disponibilidade deste serviço permite aos cidadãos, aos investigadores e a outros interessados, como formadores e instituições escolares, o acesso a documentos de conservação permanente descritos e, por vezes, com objetos digitais associados, sem limites de horário, localização geográfica ou número de utilizadores. Note-se ainda que é o acesso à informação que permite ao cidadão agir e pressionar as autoridades, porque assim consegue, autonomamente, interpretar a realidade (FREITAS, 2024:168). Da mesma forma, de acordo com a mesma autora (FREITAS, 2024:170-171), as instituições e os equipamentos culturais, entre as quais se inserem os arquivos com documentação definitiva, devem desempenhar funções fundamentais de possibilitar o espaço e o tempo necessário entre os sujeitos e os seus valores, através da interação com o património com o qual mantêm ligações culturais.

Quando se verifica a presença de arquivos municipais no Rede Portuguesa de Arquivos (RPA), a proporção ainda se reduz mais. O serviço disponibilizado pela Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas tem como objetivo a «divulgação do património arquivístico, disseminado por diferentes serviços de arquivo, tornando-o acessível ao cidadão, dando-lhe oportunidade de o conhecer e dele se “apropriar”, enquanto repositório de uma memória coletiva, base de uma identidade comum, mas também de dele usufruir, de forma rápida e fácil» (PORTUGAL, 2021). A RPA tem relações com a Europeia e com a Rede Europeia de Arquivos, garantindo o acesso aos cidadãos europeus. Estão presentes 47 arquivos portugueses, entre os quais 17 municipais<sup>1</sup>, isto é, 36,2% do total das entidades aderentes, os quais correspondem a apenas 5,6% do total dos municípios portugueses.

### *Serviços digitais em linha*

Os serviços digitais permitem dar acesso aos documentos administrativos, um direito consignado quer pela *Constituição da República Portuguesa* (artigo 35.º, alínea 1, para o acesso a dados informatizados; artigo 73.º, alíneas 1 e 3, acerca do direito à fruição cultural e artigo 268.º, alínea 2, acesso aos arquivos e registos administrativos), quer pela Lei n.º 26 de 2016 de 22 de agosto (*Acesso à informação administrativa e ambiental*) e pelo Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro (*Regime geral dos arquivos e do património arquivístico*). Os municípios possibilitam o acesso por utilizadores autenticados a um determinado número de documentos, assim como a possibilidade de desencadear vários

---

<sup>1</sup> Albergaria-a-Velha, Albufeira, Almada, Cascais, Constância, Évora, Figueira da Foz, Ílhavo, Mafra, Melgaço, Mértola, Moura, Oliveira de Azeméis, Ponte de Lima, Sintra, Vidigueira e Vila Franca de Xira. Informação disponível em: <https://portal.arquivos.pt/directory>.

procedimentos administrativos de forma remota. Vários dos municípios identificam serviços digitais que não são mais do que o acesso a documentos digitalizados, mas que não permitem nenhuma ação do cidadão além da transferência dos mesmos, pelo que não foram aqui considerados.

No entanto, dado que o ITM dada de 2017, não tem em conta os serviços digitais entretanto disponibilizados, especialmente após a epidemia de COVID19. As plataformas de descrição arquivística não são consideradas como serviços digitais pelos municípios que disponibilizam ambos os serviços.

As regiões com maior presença no índice, acima dos 50%, são também aquelas, com a exceção de uma, cujos municípios, na sua maioria, oferecem serviços digitais, com percentagens iguais ou superiores a 50%: Aveiro (100%); Tâmega e Sousa (82%); área Metropolitana do Porto (82%); Coimbra (74%); Algarve (69%); Centro Oeste (67%); Alto Tâmega (67%); Lezíria do Tejo (64%) e Ave (63%). A exceção encontra-se na região de Leiria, onde 30% dos municípios oferecem serviços digitais.

As restantes regiões, em que 50% ou menos dos seus municípios têm presença nos índices, atingem números relevantes de municípios que oferecem serviços digitais. Veja-se os casos da Beira Baixa (100%), Viseu Dão Lafões (86%) e a Área Metropolitana do Porto (82%). Nos dois primeiros casos, o recurso aos serviços digitais em regiões periféricas é uma solução para melhorar a acessibilidade aos serviços municipais. Exige investimento dos municípios em recursos humanos, recursos tecnológicos e de melhoria dos procedimentos da organização, mas traz valor à relação entre os cidadãos e o município, facilitando a interação e diminuindo a necessidade de deslocações.

## **Conclusão**

Este é um estudo exploratório e baseado na investigação documental, os seus dados devem ser confirmados, ou, por outro lado, contestados, através de outras metodologias que permitam obter dados mais fiáveis e de forma mais sustentada no território nacional. Por outro lado, os dados do ITM datam de 2017, o que não permite ter uma visão atualizada da aferição da transparência dos municípios, e não incluem parâmetros relativos aos arquivos. Apesar disso, este estudo apresenta vários pontos inovadores no âmbito do estudo dos arquivos municipais em relação com a transparência e com a disponibilização de serviços em linha.

Foi possível verificar que, de facto, as regiões mais bem representadas no ITM são também aquelas onde os serviços de arquivo são reconhecidos. Mas a relação entre o ITM e os indicadores da abertura dos arquivos ao público, presença dos arquivos *online* e disponibilização em linha de uma base de dados não pôde ser estabelecida com segurança.

No que respeita aos serviços digitais, eles são disponibilizados por mais regiões e municípios do que as plataformas de descrição arquivística, o que talvez se explique pelo facto de serem entendidas como repositórios de documentos definitivos, e não como ferramentas para o acesso à informação nos municípios. Esta pode ser uma linha de investigação futura, assim como pode ser uma linha de atuação futura para a Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Profissionais da Informação a advocacia junto da Associação

Transparência e Integridade, Ação Cívica para que inclua a existência e abertura dos arquivos ao público como critérios de avaliação.

A transparência administrativa e a eficiência e eficácia na recuperação da informação são imprescindíveis para a tomada de decisão e para a prova de atos e factos, quer pelos municípios no decorrer das suas atividades, quer por todas as partes interessadas (cidadãos, fornecedores, munícipes, investigadores...). O acesso à informação é um direito constitucional e faz parte da missão dos arquivos municipais. Por esta razão, impõe-se a realização de mais estudos, a nível regional e nacional, para aferir a relação existente entre arquivos municipais, democracia e transparência nas autarquias locais.

### **Referências bibliográficas**

**ALVIM, Luísa; PATRÍCIO, Sandra**

2024 Participação cidadã: estudo exploratório nos arquivos municipais portugueses. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 21 (2024) 64-104. [Consult. 28 dez. 2024]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/13854>.

**COUTURE, Carol**

1998 La Politique de gestion des archives. In *Les Fonctions de l'Archivistique contemporaine*. Dir. Carol Couture. Sainte-Foy, Canadá: Presses de L' Université du Québec, 1998.

**EUROPEAN UNION**

[20--] Digitisation. In *EU Vocabularies*. [Em linha]. [S. l.]: Publication Office of the EU, [20--]. [Consult. 20 set. 2024]. Disponível em: [https://op.europa.eu/en/web/eu-vocabularies/search-results?p\\_p\\_id=eu\\_europa\\_publications\\_portlet\\_pagination\\_PaginationPortlet\\_INSTANCE\\_z2SRj6ggdO6T&p\\_p\\_lifecycle=1&p\\_p\\_state=normal&p\\_p\\_mode=view&queryText=digitalisation&facet.collection=EUVoc&sortBy=RELEVANCE-DESC&SEARCH\\_TYPE=SIMPLE&QUERY\\_ID=358062286&&resultsPerPage=10&startRow=1&QUERY\\_ID=358062286](https://op.europa.eu/en/web/eu-vocabularies/search-results?p_p_id=eu_europa_publications_portlet_pagination_PaginationPortlet_INSTANCE_z2SRj6ggdO6T&p_p_lifecycle=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&queryText=digitalisation&facet.collection=EUVoc&sortBy=RELEVANCE-DESC&SEARCH_TYPE=SIMPLE&QUERY_ID=358062286&&resultsPerPage=10&startRow=1&QUERY_ID=358062286).

**FREITAS, Maria Cristina Vieira de**

2024 *Temas arquivísticos: entre a tradição e a mudança*. Lisboa: Edições Colibri, 2024.

**LOURENÇO, Madalena Reinas de Sá**

2022 *How does information technology influence the behavior intention to use nutrition e-Health services?* [Em linha]. Lisboa, 2022. [Consult. 15 set. 2024]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/38885>.  
Dissertação de mestrado – Universidade Católica Portuguesa.

**NOGUEIRA, Marta**

2011 Terminologia arquivística: reflexões sobre o conceito de difusão. In ENCONTRO DE ARQUIVOS DO ALGARVE, 2º, Portimão, 2011 - *Sistema de gestão integrada da informação: atas*. [Em linha]. [Consult. 10 set. 2020]. Disponível em: [http://cms.cm-viladobispo.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/Servicos/Arquivo%20Municipal/AtasdoIIEncontrodeArquivosdoAlgarve.pdf](http://cms.cm-viladobispo.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Servicos/Arquivo%20Municipal/AtasdoIIEncontrodeArquivosdoAlgarve.pdf).

**PORTUGAL. Constituição, 1976**

2021 *Constituição da República Portuguesa*. Ed. especial. [Em linha]. Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, 2021. [Consult. 20 ago. 2024]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/crp-2021-net.pdf>.

**PORTUGAL. Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas**

2021 *Rede Portuguesa de Arquivos*. [Em linha]. Lisboa: DGLAB, 2021. [Consult. 20 maio 2024]. Disponível em: <http://arquivos.pt/>.

**Índice de Transparência Municipal 2017**

2017a. *Índice de Transparência Municipal 2017. Metodologia, indicadores e dimensões*. [Em linha]. Lisboa: Transparência e Integridade, 2017. [Consult. 6 ago. 2024]. Disponível em: [https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2017/11/ITM\\_Apresentacao\\_e\\_Indicadores\\_2017.pdf](https://transparencia.pt/wp-content/uploads/2017/11/ITM_Apresentacao_e_Indicadores_2017.pdf).

**Índice de Transparência Municipal 2017**

2017b. *Índice de Transparência Municipal 2017: Resultados de 2017*. [Em linha]. Lisboa: Transparência e Integridade, 2017. [Consult. 6 ago. 2024]. Disponível em: <https://transparencia.pt/itm/>.

**RODRIGUES CONTRERAS, Ricardo**

[2021] *COVID-19 and digitalisation*. [Em linha]. Dublin: Eurofound, 2021. [Consult. 10 Jun. 2024]. Disponível em: <https://www.eurofound.europa.eu/en/covid-19-and-digitalisation>.

**SANCHES, Tatiana; MELO, Luiza Baptista**

2023 *Serviços à distância nas bibliotecas do ensino superior: lições aprendidas no contexto pandémico*. [Em linha]. In Actas do 14.º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO, 14º, Faro, 2023 - *Comunidades e profissionais para o futuro: Agir hoje: atas*. Lisboa: BAD, 2023. [Consult. 30 maio 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.48798/congressobad.2841>.

**SILVA, Ana Margarida Dias da [et al.]**

2023a *Análise comparativa do acesso à informação dos arquivos municipais portugueses na Internet e nas redes sociais entre 2013 e 2023. Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 20 (2023) 87-100. [Consult. 28 abr. 2024]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13654/12298>.

**SILVA, Carlos Guardado da [et al.]**

2023b *Os Profissionais da informação nos arquivos municipais em Portugal: identificação e caracterização*. [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Edições Colibri, 2023. [Consult. 23 set. 2023]. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/57698/3/OsProfissionais\\_FINAL\\_R.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/57698/3/OsProfissionais_FINAL_R.pdf)

Sandra Patrício | sandrapatricio2@sapo.pt

Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, Portugal